

Objetivos fundamentais do Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Texto escrito a pedido de André Rafael, um dos organizadores do 1º Congresso Brasil 2030, ao qual não pude comparecer por estar no exterior. Novembro de 2017.

Temos uma bela e democrática Constituição, que no art. 3º, quais são os objetivos fundamentais do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Estes são os objetivos da nação brasileira. São objetivos que todo cidadão tem a obrigação de lutar para torná-los realidade. Porque uma sociedade democrática pressupõe essa obrigação. Porque, para serem razoavelmente atingidos, esses objetivos precisam do esforço e da determinação de todos os cidadãos brasileiros.

Mas não é isso que vemos.

Como pode ser uma sociedade livre, se os direitos dos mais pobres e dos menos educados são quotidianamente desrespeitados pelos mais ricos e mais poderosos?

Como pode ser uma sociedade justa, se a desigualdade no Brasil é abissal? Se, entre mesmo entre os assalariados, os com educação superior ganham mais do que nos países ricos enquanto que os mais trabalhadores simples ganham dez vezes menos?

Como pode ser uma sociedade solidária, se o individualismo é feroz?

Como alcançar o desenvolvimento econômico, se uma taxa de juros altíssima e uma taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo, desestimula os investimentos e estimula o consumo? Se os trabalhadores e principalmente os rentistas estão satisfeitos com o real apreciado, e não estão dispostos a fazer reduzir seu consumo no curto prazo para o país poder crescer?

Como promover o bem de todos, se além dos preconceitos de raça e de sexo, temos fortes preconceitos sociais?

Primeiro, é preciso também que, nas nossas elites políticas, burocráticas, econômicas e intelectuais, exista um número suficiente de mulheres e homens com espírito republicano, isto é, que sejam capazes de distinguir o próprio interesse do interesse público ou nacional e tenham a virtude de defender o interesse público mesmo quando ele conflita com seus interesses pessoais. Essas pessoas serão sempre minoria – o “normal” é que as pessoas defendam seus interesses e, sem o saber ou o admitir, identifiquem o interesse nacional com seus próprios interesses – mas essa minoria pode ser crucial para a definição e a realização do projeto de desenvolvimento que toda nação precisa ter.

Segundo, é preciso ter claro que esse desenvolvimento só realmente ocorre quando a nação o baseia na educação e no desenvolvimento econômico, que, de um lado, são

essenciais para que a nação atinja os outros grandes objetivos das sociedades modernas – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente – e, e, de outro, empoderam o povo e lhe dão capacidade para lutar por seu espaço e seus direitos.

A construção de uma nação não é fácil no mundo em que vivemos, porque o capitalismo é hoje um capitalismo financeiro-rentista que utiliza como ideologia e como política um liberalismo econômico radical, que interessa aos rentistas, aos financistas e às elites financeiro-rentistas dos países ricos, e não interessa ao povo brasileiro – a seus trabalhadores, à sua classe média, a seus empresários.

Hoje, para se desenvolver, o Brasil precisa enfrentar essa coalisão financeiro-rentista e essa ideologia neoliberal e mostrar que existe para ela uma alternativa razoável: uma coalisão de classes formada por empresários e trabalhadores, e uma ideologia desenvolvimentista e republicana, que defendam

uma política macroeconômica ativa, principalmente uma política cambial que garanta competitividade para as empresas eficientes do país,

uma intervenção moderada do Estado no setor não-competitivo da economia,

ampla competição no setor competitivo,

e competição vigiada no setor oligopolista dessa mesma economia.

Os princípios do desenvolvimento e do republicanismo são essenciais para o desenvolvimento, mas não são a garantia de êxito. É preciso, também, que hajam boas instituições, um povo identificado com sua nação e seu Estado, e competência política e técnica dos governantes.